

SINDEC EM AÇÃO

A FORÇA DO COMERCIÁRIO



A vez do Judiciário

Os ventos democráticos que sopram desde o fim da ditadura têm ajudado a oxigenar os três poderes e vêm criando situações inusitadas na vida nacional. O Executivo ainda abusa da prerrogativa na edição de medidas provisórias e persegue uma maioria parlamentar sempre oscilante em momentos de tensão, como agora, com a resistência do presidente do Congresso em deixar o cargo após denúncias de quebra do decoro, dentre outras acusações. Aos trancos e barrancos, o Legislativo tenta restaurar a imagem abalada pelos sucessivos escândalos que envolveram personagens que se tornam folclóricos: são Severinos, Renans, sanguessugas, vampiros e mensaleiros. O Judiciário, poder que vivia na redoma dos intocáveis, passou a ocupar a berlinda depois que a obra do TRT paulista foi denunciada por ser superfaturada pelo juiz Lalau, magistrado de estranho apelido para quem deveria estar acima de qualquer suspeita. A seguir, escutas telefônicas mostraram a todos que também no Judiciário eram feitas negociatas, com venda de sentenças e liminares, o que - até então ? não passava de suspeita fria por falta de provas. Houve até quem lançasse uma cruzada em nome do controle externo do judiciário. Ao que parece, o problema se resume a uma pergunta: quem, afinal, manda mais? Será o governo, os congressistas, o Ministério Público ou os juízes? E já que todos se arvoram a essa prerrogativa, que tal pensar em equilíbrio entre os poderes representantes da república e dos estados? Por que o Judiciário gaúcho resiste tanto a se enquadrar num orçamento realista, aceitando com naturalidade o corte de verbas por parte do Executivo? Por que só os juízes não podem abrir mão de parte da verba de custeio? Será mesmo esse o motivo da crise com a governadora, ou persiste uma crença na qual o que vale para todos não serve para o Judiciário? Argumentos à parte, vale frisar que depois da variação de 64% no preço do leite, ao consumidor não restou outra saída senão moldar o apertado orçamento a essa realidade. Segundo levantamento, o orçamento do Judiciário foi progressivo na última década, justamente o período no qual passou a vigorar a Lei de Responsabilidade Fiscal, elevando a pressão nas contas públicas. Outra questão se impõe: se para o Executivo foi crescente a queda de recursos e para o Judiciário cresceram as verbas, concluímos que essa sobra serviu para a construção dos prédios modernos que enfeitam a paisagem urbana. Logo, quando se fala em ajuste está expressa a vontade de que o Poder Judiciário contribua com parte do excedente

SINDEC EM AÇÃO

A FORÇA DO COMERCIÁRIO



- * [Termina a greve na Caixa](#)
- * [Funcionária revistada nua em loja McDonald's ganha indenização de U\\$ 6,1 milhões](#)
- * [Déficit zerado com aumento tributário? Receita antiga.](#)
- * [Costa Rica aprova Tratado de Livre Comércio](#)
- * [Temos de combater as práticas anti-sindicais](#)
- * [Mais de 70 agências da Caixa param](#)
- * [Sindec e Força recolhem donativos para vítimas de Eldorado do Sul](#)
- * [Contrato de trabalho temporário não pode mais ser prorrogado automaticamente](#)
- * [Comissão de Educação da AL debate cultura afro-brasileira](#)
- * [Consumidor tem medo da inflação](#)

[Notícias](#)